

Medicalização da educação: concepções e explicações na produção científica

Nilza Sanches Tessaro Leonardo¹

Silvia Maria Cintra da Silva²

Camila Trindade³

RESUMO

Esse artigo apresenta os resultados de uma Revisão Integrativa da Literatura que objetivou discutir as concepções e explicações construídas em torno da medicalização da educação, identificando se elas se alinham a perspectivas críticas ou acríticas de Psicologia e Educação. A pesquisa foi realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) e *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), contemplando produções publicadas entre 2017 e 2024. Foram selecionados 79 artigos, que constituíram o corpus final de análise. Evidenciou-se a predominância de concepções pautadas na biologização, patologização e individualização das queixas escolares, bem como na valorização dos laudos diagnósticos e da medicalização como solução para as contradições educacionais. Em menor número, identificaram-se perspectivas críticas voltadas à desmedicalização da educação. A lógica medicalizante permanece hegemônica, reforçando a necessidade da construção de análises que considerem as determinações históricas e sociais envolvidas nos processos de escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização. Produção científica. Psicologia; Educação.

¹ Doutorado em Psicologia. Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1692-9581>. E-mail: nstessaro@uem.br.

² Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0834-5671>. E-mail: silvia@ufu.br.

³ Doutorado em Psicologia. Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9489-9050>. E-mail: trindadecami@gmail.com.

Medicalization of education: conceptions and explanations in scientific production

ABSTRACT

This article presents the results of an Integrative Literature Review that aimed to identify and discuss the conceptions and explanations about the medicalization of education present in scientific production. The research was conducted in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Virtual Health Library (Biblioteca Virtual em Saúde, BVS), and Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, LILACS) databases, encompassing publications between 2017 and 2024. Seventy-nine articles were selected, constituting the final corpus of analysis. The results indicated a predominance of conceptions and explanations based on the biologization, pathologization, and individualization of school complaints, as well as the valorization of diagnostic reports and medicalization as strategies for addressing educational contradictions. Although present, conceptions aligned with the demedicalization of education appeared significantly less frequently. It is concluded that the medicalizing logic remains hegemonic, reinforcing the need for analyses that consider the historical and social determinants involved in the schooling processes.

KEYWORDS: Medicalization. Scientific production. Psychology. Education.

Medicalización de la educación: concepciones y explicaciones en la producción científica

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de una Revisión Integrativa de la Literatura cuyo objetivo fue identificar y analizar las concepciones y las explicaciones sobre la medicalización de la educación presentes en la producción científica. Se consultaron las bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) y Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), buscando producciones realizadas entre 2017 y 2024. Se seleccionaron 79 artículos, que constituyeron el corpus final de análisis. Los resultados pusieron de manifiesto el predominio de concepciones y

explicaciones basadas en la biologización, patologización y individualización de las quejas escolares, así como en la valorización de los laudos diagnósticos y la medicalización como estrategias para hacer frente a las contradicciones educativas. Aunque estaban presentes, las ideas relacionadas con la desmedicalización de la educación aparecieron con una frecuencia significativamente menor. Se concluye que la lógica medicalizadora sigue siendo hegemónica, lo que refuerza la necesidad de realizar análisis que tengan en cuenta las determinaciones históricas y sociales implicadas en los procesos de escolarización.

PALABRAS CLAVE: Medicalización. Producción científica. Psicología. Educación.

* * *

Introdução

Os “problemas” relacionados à escolarização, segundo Patto (1996), compõem a trajetória da escola no Brasil, especialmente da escola pública. Crianças que não aprendem, que são rotuladas como “incapazes” ou que permanecem à margem do processo educativo sempre fizeram parte da realidade escolar, revelando um padrão de exclusão que atravessa gerações.

Nessa conjuntura, as explicações sobre o fracasso escolar, historicamente, têm sido centradas nas características individuais das(os) alunas(os) (Patto, 1996). A responsabilização pelo “não aprender” recai, frequentemente, sobre supostas dificuldades ou deficiências de ordem cognitiva ou comportamental das(os) estudantes, desconsiderando os fatores sociais, econômicos e institucionais que permeiam o processo educativo.

Essa perspectiva individualizante acaba por isentar a escola, o sistema educacional e a sociedade de uma análise crítica acerca das condições concretas que produzem e mantêm o fracasso escolar. Como consequência, as intervenções propostas para enfrentar esse cenário concentram-se, na maioria das vezes, em estratégias voltadas ao ajustamento das(os) alunos às normas e expectativas

escolares, desconsiderando suas singularidades e os contextos sociais mais amplos em que estão inseridas(os).

Nesse sentido, as dificuldades das(os) alunas(os) em seu processo de escolarização são frequentemente encaminhadas, como aponta Rossato (2010, p. 86), para o “atendimento pedagógico, psicológico, médico e outros que possam sanar tal problemática e/ou ainda intervir no diagnóstico/prognóstico do fracasso escolar”. Assim, concorda-se com Garrido e Moysés (2010), ao afirmarem que, cada vez mais, no Brasil vem sendo aceita,

[...] a ideia de que as dificuldades escolares de uma criança são causadas por problemas de ordem médica. Essa certeza abre espaço para profissionais da saúde, exames, rótulos, diagnósticos, remédios, todos voltados a legitimá-la e a transformar crianças em crianças-problema ou anormais (p. 150).

Isso não apenas revela a fragilidade das análises realizadas, como também mostra uma postura limitada e descomprometida com a realidade concreta. Tal superficialidade, ainda recorrente entre profissionais da Educação e da Saúde, demonstra, como aponta Boarini (2013), a dificuldade de se perceber as relações concretas que se estabelecem tanto no interior das instituições escolares quanto na sociedade em geral.

Nesse contexto, Collares e Moysés (2010), chamam atenção para o risco de se biologizar aspectos de natureza social, deslocando o foco de um debate que deveria envolver questões políticas e pedagógicas para o campo médico, o que acaba por afastar a discussão do âmbito educacional. As autoras compreendem esse movimento como um processo de medicalização do ensino e da aprendizagem.

Sob essa ótica, Lopes e Carneiro (2020, p. 354) apontam que, diante da crescente presença de diagnósticos, laudos, rotulações e da medicalização no cotidiano das escolas, percebe-se um verdadeiro “transbordamento do

diagnóstico da saúde mental para o dia a dia da escola”. Com isso, segundo as autoras, parte-se do pressuposto de que os desafios enfrentados no ambiente escolar têm origem, prioritariamente, em disfunções individuais, desviando o foco de uma análise mais ampla das condições pedagógicas, sociais e institucionais envolvidas. Dessa forma,

O modo “prático e rápido” de se diagnosticar, pautado na identificação dos sintomas, está de mãos dadas com a medicalização da vida e da educação. Crianças e adolescentes, não poucas vezes, acabam por explicar seu insucesso na escola a partir de um diagnóstico, ou pseudodiagnóstico, recebido por algum especialista ou educador, ou até por uma autonegação incrementada pelas buscas na internet, sobretudo, em adolescentes. Nesses casos, o diagnóstico é usado pelos próprios sujeitos como ancoragem identitária. (Lopes; Carneiro, 2020, p. 354).

Esse cenário revela uma prática recorrente no dia a dia das escolas públicas e privadas: a patologização das dificuldades escolares, as quais são simplificadas e reduzidas a laudos e diagnósticos. Com isso, a escola não apenas reforça a lógica da medicalização, mas também compromete a compreensão das verdadeiras causas do insucesso e das tensões presentes no ambiente escolar.

Considerando esses debates, o presente artigo busca discutir as concepções e explicações construídas em torno desse fenômeno – medicalização –, identificando se elas se alinham a uma perspectiva crítica ou acrítica de Psicologia e Educação. Ademais, ele constitui-se enquanto um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Medicalização das queixas escolares em períodos científicos: um estudo a partir da Psicologia Histórico-Cultural”, cujo objetivo foi analisar produções científicas publicadas em periódicos no período de 2017 a 2024, que abordam a temática da medicalização das queixas escolares. Ante o exposto, almeja-se contribuir para o debate em torno da medicalização

das queixas escolares, oferecendo subsídios para o enfrentamento e, sobretudo, para discutir possibilidades efetivas de sua superação.

Metodologia

A investigação aqui apresentada insere-se no campo das pesquisas de caráter bibliográfico e assume, mais especificamente, a modalidade de revisão integrativa da literatura. Tal estratégia metodológica tem como finalidade sistematizar e articular o conhecimento já produzido acerca de um determinado objeto de investigação.

De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa desenvolve-se por meio de etapas interdependentes, que abrangem a definição do problema de pesquisa, o levantamento e a seleção das produções científicas pertinentes, a organização e a análise criteriosa do material, a interpretação dos resultados à luz de referenciais teóricos e, por fim, a exposição organizada dos achados.

Destaca-se que as análises apresentadas neste trabalho derivam de um recorte de uma pesquisa mais abrangente, intitulada “Medicalização das queixas escolares em periódicos científicos: um estudo a partir da Psicologia Histórico-Cultural”. A referida investigação teve como objetivo mapear e analisar produções científicas que tratam da medicalização no âmbito do processo educativo. Para esse fim, procedeu-se ao levantamento de publicações brasileiras veiculadas em diversos periódicos científicos, abrangendo diferentes modalidades textuais, como artigos teóricos, revisões de literatura e relatos de pesquisa.

O período de análise delimitado abrangeu os anos de 2017 a 2024, sendo as estratégias de busca realizadas nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) e a *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS).

Para a identificação das produções, empregou-se a combinação de descritores vinculados ao fenômeno da medicalização e ao campo educacional, a saber: medicalização *and* queixa escolar; medicalização *and*

escola; medicalização *and* educação; medicalização *and* docente; medicalização *and* professor; medicalização *and* ensino fundamental; medicalização *and* educação infantil; medicalização *and* ensino médio; medicalização *and* ensino técnico; medicalização *and* faculdade; medicalização *and* ensino superior; medicalização *and* psicologia; medicalização *and* saúde; medicalização *and* sofrimento; medicalização *and* medicina; medicalização *and* adoecimento; medicalização *and* psiquiatria e medicalização *and* diagnóstico.

Paralelamente, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão e exclusão. Consideraram-se elegíveis os artigos provenientes de estudos realizados no contexto brasileiro e que abordassem a medicalização em articulação com o processo educativo. Como critérios de exclusão, definiram-se as publicações não disponíveis na íntegra e os artigos redigidos em língua inglesa.

A adoção dos critérios definidos possibilitou, em um primeiro momento, a identificação de 95 artigos. Na etapa subsequente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, a partir da qual foram selecionados 83 estudos alinhados ao objeto da investigação. Posteriormente, a leitura integral dos manuscritos resultou na exclusão de quatro artigos que não abordavam diretamente a temática da medicalização, compondo-se, assim, um corpus final de 79 estudos incluídos nesta revisão integrativa da literatura.

Nesse caminho, os artigos selecionados foram examinados à luz dos objetivos da presente pesquisa, sendo um deles a questão das concepções e explicações sobre a medicalização da educação. Desse modo, a partir da leitura dos 79 artigos, foram organizados quatro eixos que expressam as respectivas concepções, a saber: 1) A lógica da medicalização na educação: biologização, patologização e individualização das queixas escolares; 2) Naturalização do discurso, saber médico e a dependência do laudo/diagnóstico no cotidiano escolar; 3) Medicalização e a crença na solução mágica e imediatista; 4) Superando visões biologicistas e patologizantes: caminhos para a desmedicalização.

Essas categorias revelam compreensões sobre o fenômeno da medicalização, suas formas de manifestação no cotidiano escolar e os efeitos e implicações dessa lógica para os sujeitos envolvidos nos processos educativos. Deve-se destacar que tais concepções, não necessariamente correspondem às posições das(os) autoras(es) dos artigos, mas discussões e/ou conclusões evidenciadas por elas(es). Observa-se, inclusive, que em quase todos os textos as(os) autoras(es) mostraram discordância em relação aos próprios achados de suas pesquisas.

A lógica da medicalização na educação: biologização, patologização e individualização das queixas escolares

A análise inicial dos artigos permitiu identificar um número expressivo de produções que evidenciam a hegemonia da lógica da medicalização das queixas escolares. Dos 79 textos analisados, 69 (87,3%) apontam, em seus resultados e/ou conclusões, concepções predominantemente patologizantes e biologizantes, além da adoção de práticas e intervenções que desconsideram que o indivíduo se humaniza por meio das relações concretas que estabelece com a realidade.

Diante disso, vale lembrar que, segundo Leontiev (2004), o processo de humanização ocorre por meio da apropriação do mundo e dos objetos criados historicamente. É esse contato com a cultura e a história que possibilita o acesso àquilo que nos torna, de fato, humanos. Tal apropriação se realiza por meio do desenvolvimento da comunicação entre os indivíduos e entre o ser humano e o mundo. É por meio dessas relações que, “[...] são determinadas pelas condições histórico concretas, sociais, nas quais ele vive, e pela maneira como a sua vida se forma nessas condições” (Leontiev, 2004, p. 275), que o ser humano se humaniza.

Assim, à luz dessa perspectiva, entende-se que a medicalização da educação, ainda fortemente presente e enraizada no sistema educacional brasileiro, especialmente na escola pública, constitui uma forma de reduzir o

sujeito a aspectos biológicos e individuais, desconsiderando sua constituição histórico-social. Os problemas de escolarização continuam sendo atribuídos a cada indivíduo envolvido no processo educativo, considerado de forma abstrata, descolado de sua trajetória escolar, social e familiar, bem como das relações dialéticas que constituem o ato de ensinar e aprender.

Vale acrescentar que esse movimento é observado desde a educação básica até o ensino superior. Trindade (2021), por exemplo, identificou que as dificuldades acadêmicas vivenciadas por estudantes universitários são predominantemente concebidas a partir de características individuais dos próprios sujeitos, reforçando a lógica de individualização dos problemas educacionais.

Entre outros aspectos, essa dinâmica desconsidera a constituição histórico-social dos sujeitos, compreendidos como seres em permanente processo de transformação, que se humanizam por meio da apropriação das objetivações produzidas historicamente pela cultura, desde que lhes sejam garantidas as condições concretas para tal.

Assim, como expressão concreta dessa realidade, destaca-se o estudo desenvolvido por Isfran, Ladeira e Faria (2020), que investigou a percepção de alunas(os) de escolas públicas e professoras(es) em formação inicial (no nível superior) sobre o fracasso escolar e os problemas de escolarização. Obtiveram como resultado a informação de que a concepção prevalente tanto entre as(os) alunas(os) quanto entre as(os) professoras(es) é biologizante, patologizante e medicalizante, ou seja, centrada no indivíduo. As autoras e o autor criticam essa compreensão, atribuindo-a a uma formação acrítica, alinhada aos interesses do capital e desconectada de uma leitura histórica e social da escolarização.

Nessa mesma direção, encontra-se a pesquisa de Resende e Lima (2022), que buscou identificar as representações sociais de professoras(es) sobre a medicalização no cotidiano escolar e suas repercussões nas políticas educacionais. Os resultados indicaram que ainda predomina, nos espaços escolares, uma influência altamente significativa de discursos hegemônicos que

promovem a padronização dos comportamentos e, sobretudo, buscam soluções imediatistas com vista a garantir maior eficiência no processo educativo.

Para ilustrar de forma mais expressiva o fenômeno da medicalização e de suas estratégias dentro das escolas, citam-se os resultados apresentados no estudo de Santos e Cervo (2021), que por meio das falas de alunas(os), pais, mães e profissionais, teve como objetivo entender a experiência do uso de medicamentos por alunas(os) da educação básica. As autoras denunciam, de forma precisa, que o “medicamento é concebido como a única alternativa diante dos problemas de aprendizagem, uma vez que o problema é orgânico” (Santos; Cervo, 2021, p.174).

O estudo desenvolvido por Gomes e Castro (2017) também evidenciou a prevalência de concepções medicalizantes. As autoras analisaram publicações científicas entre 2010 e 2012, com o objetivo de identificar os posicionamentos críticos e não críticos sobre medicalização da educação. Ressalta-se que, para a análise, consideraram como críticos aqueles trabalhos que não restringem a complexidade humana a aspectos exclusivamente individuais ou biológicos, mas que se alinham a uma compreensão histórico e social do sujeito. Assim, os resultados mostraram que a maioria dos artigos mantinha-se centrado em uma compreensão de caráter biológico, distanciando-se de uma leitura efetivamente histórico-social da constituição dos sujeitos.

Por sua vez, Silva e Batista (2020), que também analisaram publicações científicas em periódicos, identificaram duas formas de conceber as queixas escolares: uma de base biológica e outra de caráter social. Contudo, as autoras chamam a atenção para o fato de que, na concepção biológica, as explicações são centradas no indivíduo e descritas como sintomas do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), isto é, há uma concepção de doença. Segundo as autoras, “Trata-se de uma definição elaborada com base em descrições, não em explicações. Seu diagnóstico e tratamento são determinados por médicos, com a colaboração de outros profissionais” (Silva; Batista, 2020, p. 23-24).

Diante do número expressivo de artigos que reafirmam a concepção medicalizante das queixas escolares e, assim, ao analisá-los a partir de uma perspectiva crítica que busca apreender a realidade em sua totalidade, observaram-se elementos que permitem afirmar que as demandas escolares – especialmente as relacionadas às queixas escolares – vêm sendo interpretadas e explicadas com base em uma lógica imediatista, alinhada aos interesses de quem detém o poder de definir o que é ou não um problema, sendo esse fator tomado como causa em si, mesmo que, contraditoriamente, se trate de construções historicamente produzidas.

Com isso, descartam-se análises mais amplas, que levem em conta a incidência de múltiplos fatores na constituição da problemática escolar, permanecendo-se no nível da aparência do fenômeno sem acessar suas determinações mais profundas e estruturais. Assim, essa perspectiva, desvinculada de contextos mais amplos e particularizada, ainda que aplicada a muitos sujeitos de um mesmo grupo, tem desconsiderado, sobretudo, as condições sociais e econômicas próprias da organização social capitalista, que perpassam e constituem as diferentes esferas da vida, dentre elas a escolar.

Nessa direção, vale pontuar que os processos de ensino e aprendizagem, bem como o desenvolvimento psíquico dos sujeitos, só podem ser compreendidos se forem vinculados à sua historicidade e às condições concretas em que ocorrem. Destarte, a crítica se alinha ao que aponta Martins (2013), para quem o desenvolvimento psíquico só pode ser entendido em sua dinâmica concreta, marcada por movimento, transformação e historicidade, ou seja, como um processo que se constitui simultaneamente como revolução e evolução.

Dessa forma, diante da relevante prevalência da lógica da individualização evidenciada nos resultados dos artigos analisados, pode-se afirmar que ainda se presencia um processo de fortalecimento dos ideais neoliberais da ordem vigente, nos quais a responsabilização do indivíduo se sobrepõe à análise dos fatores estruturais.

Naturalização do discurso, saber médico e a dependência do laudo/diagnóstico no cotidiano escolar

A maioria dos textos analisados, como já mencionado, evidencia, em seus resultados (o que, como já mencionado, não implica necessariamente o posicionamento dos autores), que a concepção medicalizante está presente no cotidiano escolar, ganhando cada vez mais espaço e força, ancorada no poder e na autoridade historicamente atribuídos à medicina na sociedade, o que contribui para a legitimação de práticas que patologizam as dificuldades escolares.

Com isso, como afirmam Leonardo, Silva e Leal (2020) até mesmo comportamentos de alunas(os) que poderiam ser considerados simples “brincadeiras” ou sinais de falta de limites estão sendo interpretados como doenças ou distúrbios, cabendo ao médico, a partir de seu saber e autoridade, diagnosticá-los e, na maioria das vezes, medicalizá-los.

Nessa direção, o artigo de autoria de Franco, Tabuti e Tuleski (2021), que buscou quantificar o número de crianças do primeiro ciclo do Ensino Fundamental que fazem uso de dois ou mais medicamentos controlados, identificando as classes terapêuticas às quais pertencem e analisar suas possíveis repercussões no desenvolvimento do psiquismo infantil, exemplifica como os desafios no processo de escolarização têm sido atribuídos ao poder e à autoridade de profissionais da saúde, sobretudo os médicos.

Ademais, ainda conforme os achados das autoras, as classes terapêuticas dos medicamentos prescritos incluem anticonvulsivantes, antipsicóticos, estimulantes, ansiolíticos e antidepressivos. Dentre essas, destacam-se as anfetaminas, que se caracterizam como substâncias que agem no Sistema Nervoso Central (SNC); e “o metilfenidato foi o medicamento mais prescrito devido sua ação ao melhorar o estado de vigília e alerta por um período de tempo mais extenso” (Franco; Tabuti; Tuleski, 2021, p. 5).

Subsidiadas pela Psicologia Histórico-Cultural, Franco, Tabuti e Tuleski (2021) tecem contundentes críticas à medicalização precoce das infâncias, alertando que “o uso de associações de medicamentos por crianças tão jovens,

apresenta risco de ocorrerem interações medicamentosas que poderão criar marcas profundas ao longo da vida adulta desses indivíduos” (p. 7).

Nesse sentido, Martins (2013) reforça que, ainda que o indivíduo disponha das condições morfofisiológicas para se desenvolver, somente avançará em seu processo de humanização se estiver inserido em condições sociais adequadas de vida e de educação. Como afirma a autora, “isto ocorre, pois tais características morfofisiológicas, por si mesmas, não o equipam para a vida em sociedade” (Martins, 2013, p. 41). Essa compreensão torna evidente que, como também alertam Franco, Tabuti e Tuleski (2021), nenhum medicamento, por si só, é capaz de promover o desenvolvimento psíquico, especialmente no que se refere às funções psicológicas superiores.

Com o intuito de evidenciar, a partir dos artigos analisados, a força da autoridade médica e a dependência dos laudos no dia a dia escolar — expressões marcantes da medicalização da educação —, destacam-se também os resultados e conclusões do estudo desenvolvido por Pereira e Nascimento (2023), que discute esse fenômeno considerando o aumento expressivo dos diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH) na atualidade.

As autoras concluíram que tanto a escola quanto as famílias frequentemente solicitam laudos diagnósticos. Segundo elas, essa prática acaba por gerar um certo alívio às famílias, uma vez que o diagnóstico de um suposto distúrbio feito pela(o) médica(o), passível de tratamento medicamentoso, oferece uma sensação de esperança e de solução para as dificuldades enfrentadas. O mesmo ocorre com as escolas, que frequentemente encaminham alunas(os) aos serviços de saúde em busca de avaliações e atendimentos.

A partir disso, é possível observar que tanto as famílias quanto as(os) professoras(es) têm recorrido majoritariamente ao campo da medicina, na tentativa de buscar possíveis soluções para as dificuldades escolares, com ênfase em laudos, diagnósticos e no uso de medicações. Esse processo desloca para a medicina problemas que não lhe competem, transformando

questões de ordem coletiva, sociais, políticas e pedagógicas em individuais, frequentemente explicadas sob uma lógica biológica.

Reforçando essa tendência de medicalização no ambiente escolar, o artigo de Bassani e Veigas (2020) apresenta os resultados de um estudo cujo objetivo foi investigar os motivos que levaram ao encaminhamento 1.628 alunos, matriculados em 45 escolas públicas de ensino fundamental, para diagnóstico médico. As autoras identificaram oito categorias de análise resultantes desses encaminhamentos, dentre as quais se destacam duas por sua prevalência significativa: dificuldade de aprendizagem, correspondendo a 67% dos casos e problema de comportamento, com 54,8%.

Ainda buscando demonstrar as concepções medicalizantes que se manifestam na influência do saber médico no contexto escolar, bem como na crescente dependência dos laudos e diagnósticos, trazem-se os resultados do artigo de Silva, Rodrigues e Melo (2018), que analisaram a presença de diagnósticos e o uso indiscriminado de psicofármacos em crianças em razão de queixas comportamentais. As autoras revelam uma preocupante dependência da escola em relação aos diagnósticos médicos, os quais passam a ser compreendidos como condição para o enfrentamento dos desafios no processo de escolarização. Observam, inclusive, que uma vez estabelecido o diagnóstico nas fichas de encaminhamento, “não há mais tanto detalhamento da queixa escolar, acontecendo um movimento em que o diagnóstico parece tornar-se a própria queixa” (Silva; Rodrigues; Melo, 2018, p. 743).

Dessa forma, além dos artigos já mencionados, destacam-se ainda estudos como os de Pereira e Nascimento (2023), Possamai, Pinto e Fuck, (2024), Neves e Souza (2022), entre outros, que também evidenciam a força das concepções medicalizantes na legitimação dos discursos médicos, bem como a dependência tanto da escola quanto, em muitos casos, das famílias em relação aos laudos e diagnósticos. É notável, portanto, o prestígio conferido à(ao) profissional da saúde, sobretudo à(ao) médica(o), no espaço escolar, especialmente no que diz respeito à classificação e rotulação de crianças que se enquadram nas chamadas queixas escolares.

Medicalização e a crença na solução mágica e imediatista

Outro aspecto recorrente em vários artigos é a lógica que considera a medicalização como uma solução imediata e eficaz para o enfrentamento das dificuldades escolares. A impressão transmitida é a de que, ao se tomar a medicação, tudo se resolveria num estalar de dedos. Nessa perspectiva, torna-se evidente que as ditas queixas escolares, ou seja, a dificuldade no processo de escolarização, os comportamentos avaliados como inadequados e o baixo rendimento escolar, são compreendidos a partir de uma concepção individualista e biologizante sendo, portanto, quase que imediatamente transformados em doenças e transtornos neurológicos e, conseqüentemente, medicalizados. O que se observa, então, é o fortalecimento de uma racionalidade imediatista e técnica, que desconsidera a historicidade dos sujeitos e naturaliza a exclusão sob a aparência de cuidado.

Nessa direção, Vechiatto, Leonardo, Leite e Eidt (2021) alertam que o processo de patologizar alunas(os), seja por não apresentarem desempenho escolar dentro das expectativas da escola, seja por manifestarem comportamentos considerados inadequados, tem resultado no encaminhamento dessas(es) estudantes para clínicas e centro de saúde com o intuito de serem diagnosticadas(os) e medicalizadas(os). Ainda de acordo com as autoras, essa prática “faz com que as dificuldades de aprendizagem e de comportamentos sejam incluídas no rol de doenças e passem a ser denominadas de ‘transtornos’, cuja origem seria biológica/orgânica” (Vechiatto; Leonardo; Leite; Eidt, 2021, p. 140). Dificuldades essas que seriam resolvidas com a “pílula mágica”, isto é, a medicalização.

O artigo de Santos e Cervo (2021), que objetivou apreender a experiência da utilização de remédios por crianças pertencentes à rede de educação básica de uma cidade do interior do Paraná expressa de forma contundente a crença na solução imediata e eficaz oferecida pelas práticas medicalizantes. As autoras destacam que a medicalização é concebida por muitas(os) profissionais da

educação como a intervenção mais eficiente e rápida para lidar com as queixas escolares, especialmente no que diz respeito aos problemas de “agitação das crianças” (Santos; Cervo, 2021, p. 172). Isso evidencia a dificuldade de compreender a criança em sua complexidade, para além dos aspectos meramente biológicos, com centralidade no corpo do indivíduo.

Nessa mesma perspectiva, encontra-se o artigo de Silva e Mendes (2019), cujo objetivo foi entender os sentidos atribuídos à medicalização dos cuidados direcionados à saúde mental na infância, a partir da perspectiva de profissionais de saúde (psicólogos, médicos e enfermeiros) que atendem crianças e adolescentes em serviços de saúde. As autoras identificaram que as intervenções propostas para o enfrentamento e o cuidado dessas crianças e adolescentes estão fortemente pautadas pelo discurso biomédico, revelando uma evidente propensão à medicalização.

Já o artigo de Silva, Rodrigues e Mello (2018) também aponta que o uso de medicamentos é frequentemente compreendido como o principal recurso – quase uma resposta imediata ou “milagrosa” – para lidar com as queixas escolares. Os resultados apontaram que uma parcela significativa de crianças fazia uso de medicamentos com o intuito de resolver comportamentos avaliados como fora do padrão esperado. Esses dados ilustram não apenas a naturalização da medicalização no contexto educacional, mas também a fragilidade das estratégias adotadas pela escola para lidar com os problemas no processo de ensino e aprendizagem, a partir de uma perspectiva pedagógica, que efetivamente é a sua seara.

Outro artigo que leva a refletir sobre o quanto a medicalização se configura como o recurso mais eficaz e potente – a chamada “pílula mágica” capaz de oferecer uma solução rápida – é o de Zangrande, Costa e Aosani (2021). Os resultados revelam que o sentido atribuído ao uso de remédios está fortemente ligado à promoção de algum tipo de bem-estar do sujeito, evidenciando a força da crença de que a medicalização representa o caminho para a “cura” ou, ao menos, para solucionar as

dificuldades vivenciadas por crianças no processo de escolarização, bem como comportamentos que destoam das expectativas sociais.

Essa concepção não é um fenômeno isolado, mas está inserida no contexto da sociedade capitalista, que estabelece metas e expectativas rígidas de desempenho e conduta. Quando indivíduos, especialmente crianças em idade escolar, não se apresentam em consonância com tais padrões, desencadeia-se uma busca por explicações centradas no próprio sujeito. Esse movimento, na maioria das vezes, resulta na patologização e, conseqüentemente, na medicalização, uma vez que só se medicaliza aquilo que, antes, foi definido como patologia. Como aponta Meira (2011), essa lógica se sustenta na biologização e patologização das dificuldades escolares, ambas fortemente imbricadas no cotidiano escolar.

Nesse panorama, compreende-se que doenças são frequentemente fabricadas e que soluções medicalizantes são apresentadas como resposta, atendendo muitas vezes a interesses econômicos, sobretudo da indústria farmacêutica, que se coloca como detentora da “cura” para problemas escolares. Nessa direção, concorda-se com Meira (2011), para quem a criação de doenças ou transtornos favorece o capital, pois quanto mais doenças existirem ou forem inventadas, mais remédios serão vendidos.

Nessa mesma perspectiva, Bonadio e Leite (2021), ao discutirem a fetichização do uso de remédios para resolver questões relacionadas à aprendizagem e a comportamentos frequentemente vistos como sendo de origem orgânica, mas que, segundo elas, têm suas raízes em fatores sociais, chamam atenção para o fato de que, em uma sociedade marcada pelo imediatismo e pela busca de soluções rápidas, o medicamento ocupa um lugar de destaque não apenas para as famílias, mas também para as crianças e para a escola.

Portanto, ao reduzir dificuldades escolares e comportamentais a problemas estritamente individuais, passíveis de diagnóstico e tratamento medicamentoso, desconsidera-se que tais questões emergem de relações históricas, econômicas e culturais mais amplas. Por isso, elas precisam ser compreendidas e analisadas a partir de uma perspectiva social, e não biológica.

Nesse caminho, a Psicologia Histórico-Cultural entende o desenvolvimento do psiquismo humano como essencialmente social, resultado das relações sociais entre o sujeito e seu meio, tanto social como físico. Esse desenvolvimento configura-se como um processo ativo e dinâmico, marcado pela permanente contradição entre o orgânico e o social, o natural e o histórico. Por isso, é fundamental considerar a totalidade das condições constitutivas da vida e da aprendizagem dos seres humanos, e não apenas os seus aspectos biológicos ou individuais.

Superando visões biologicistas e patologizantes: caminhos para a desmedicalização

A concepção que vai além dos aspectos biológicos, rompendo com a lógica que patologiza e medicaliza as dificuldades escolares, esteve presente em um número reduzido de artigos, o que evidencia o quanto essa racionalidade medicalizante ainda está cristalizada no cotidiano das escolas. A maioria dos estudos analisados demonstra que tanto as instituições escolares quanto a sociedade em geral operam sob essa perspectiva, que se constitui como a compreensão dominante — portanto, hegemônica — acerca das dificuldades escolares. Diante disso, torna-se fundamental, como já discutido, buscar interpretações que ultrapassem a visão biologicista, a qual tende a enxergar no médico a figura do “salvador da pátria”.

Embora a concepção medicalizante se apresente como dominante entre os artigos analisados, é possível identificar, ainda que de forma minoritária, uma compreensão que se contrapõe a essa perspectiva e propõe outras formas de compreender as queixas escolares. Por exemplo, no estudo de Nunes e Silva (2021), cujo objetivo foi investigar as concepções de pais ou responsáveis por crianças com queixas escolares acerca da medicalização da educação, os resultados revelaram que a maior parte dos participantes se posiciona contrariamente à medicalização. Segundo eles, os medicamentos não são eficazes para resolver os problemas

do dia a dia escolar. Além disso, os participantes não associam o uso de medicamentos ao sucesso no processo de ensino-aprendizagem, indicando uma recusa em individualizar os problemas educacionais.

Ainda entre os artigos cujos resultados se posicionam na contramão da medicalização das queixas escolares, destaca-se o estudo de Souza e Viégas (2024). As autoras analisaram produções científicas apontando um aumento significativo de publicações sobre o tema ao longo das décadas, evidenciando a predominância de uma perspectiva crítica nas pesquisas mapeadas, as quais denunciam a medicalização como prática que viola direitos, silencia subjetividades e nega desigualdades sociais.

Por sua vez, o artigo de autoria de Parra, Pavaneli e Cruz (2017), indicou que a maioria de professoras(es) dos anos iniciais do ensino fundamental participantes da pesquisa se posicionou contrariamente à medicalização da Educação. Destarte, embora sejam poucos os artigos cujos resultados revelam uma concepção mais alinhada à desmedicalização da educação, ainda que de forma discreta, considera-se esse movimento promissor, pois indica a existência de iniciativas e reflexões que apontam para uma compreensão mais ampla e crítica das dificuldades escolares, isto é, para além da lógica médica e patologizante.

Porém, é importante reconhecer a complexidade histórico-social dessa questão. A sociedade atual, baseada na lógica do capital, que valoriza produtividade, lucro e competitividade, requer indivíduos conformados às demandas do mercado de trabalho. Essa lógica também opera nas instituições escolares, onde a medicalização se torna um instrumento de normatização e controle de condutas, promovendo a ideia de sucesso baseado em padrões estabelecidos socialmente como “normais”. Em consequência, valores como a meritocracia tornam-se centrais, mascarando as desigualdades estruturais e atribuindo ao indivíduo a responsabilidade por fracassos que, na realidade, é expressão de um sistema excludente e desigual.

Dessa forma, contrapõe-se à concepção medicalizante, ainda hegemônica, que individualiza e patologiza as dificuldades escolares. Defende-se, portanto, uma compreensão para além das fronteiras biológicas, reconhecendo que o desenvolvimento do indivíduo é profundamente entrelaçado as suas relações sociais, à linguagem e as experiências compartilhadas no meio cultural.

Conclusão

O artigo teve como objetivo discutir as concepções e explicações científicas construídas em torno da medicalização, identificando se elas se alinham a uma perspectiva crítica ou acrítica de Psicologia e Educação. Vale destacar novamente que, tais concepções e explicações não necessariamente correspondem às posições das(os) autoras(es) dos artigos, mas os resultados de suas investigações. Observa-se, inclusive, que em quase todos os textos as(os) autoras(es) mostraram discordância em relação à centralidade da medicalização na concepção e explicação das contradições educativas.

Assim, a partir da análise dos artigos selecionados, com destaque para seus resultados e conclusões, foi possível identificar que as concepções sobre medicalização das queixas escolares se expressam predominantemente por meio da biologização, patologização e individualização dos problemas no processo de escolarização; da naturalização do discurso e o saber médico; da dependência de laudos e diagnósticos no cotidiano escolar; assim como da crença no medicamento como solução imediata e mágica para os desafios de aprendizagem. Tais concepções mostram-se, portanto, alinhadas a perspectivas acríticas da educação e da Psicologia. Embora em número reduzido, também foram identificadas produções que propõem rupturas com essa lógica, sinalizando possibilidades de superação das visões biologicistas e patologizantes, em direção a uma perspectiva de desmedicalização.

Dessa forma, constatou-se que a concepção hegemônica acerca das queixas escolares, tanto na sociedade como um todo, e de modo particular no

contexto escolar, encontra-se fortemente vinculada à lógica medicalizante. Trata-se de uma concepção que desconsidera as múltiplas determinações envolvidas nesse processo e, como asseveram Leonardo, Silva e Leal (2020), busca tanto as causas quanto as justificativas dessas dificuldades no próprio indivíduo, mais especificamente, em seu corpo, partindo do princípio de que a medicação seria capaz de promover o desenvolvimento de funções mentais superiores e a aprendizagem do aluno.

Em contraposição a essa compreensão, parte-se de uma concepção de indivíduo fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, a partir da qual a aprendizagem e desenvolvimento humano são vistos como processos mediados pela linguagem, pelas relações sociais e pelas relações com a cultura e o meio histórico em que o sujeito está inserido.

Com isso, pode-se afirmar que naturalizar o desenvolvimento humano, reduzindo-o exclusivamente a fatores biológicos e desconsiderando a complexidade de aspectos que compõem o tornar-se humano, mostra em que medida a compreensão sobre aprendizagem e desenvolvimento humano ainda é limitada e concebida a partir de uma perspectiva a-histórica que, em última análise, ao alinhar-se à lógica da sociedade capitalista, individualiza fenômenos sociais.

Garrido e Moysés (2010), por sua vez, alertam para o fato de que as desigualdades socialmente constituídas são frequentemente naturalizadas, tendo sua origem atribuída aos indivíduos — especialmente às suas características biológicas. Ao permanecer na superficialidade do fenômeno, não se consegue ultrapassar os limites da individualização nem romper com as fronteiras biológicas que colocam o sujeito em si como única e central explicação para as dificuldades escolares.

Assim, transformar dificuldades e desafios do cotidiano escolar em doenças ou transtornos neurológicos ou psiquiátricos mostra uma dinâmica inquietante, orientada por uma lógica reducionista que naturaliza os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, esvaziando-os de suas determinações sociais, históricas e culturais — aspectos fundamentais para compreender o funcionamento da sociedade capitalista.

Por isso, torna-se essencial caracterizar criticamente esse modelo de sociedade, ampliando o olhar para além das aparências e alcançando a essência dos fenômenos. Analisar as condições materiais concretas que sustentam a medicalização permite desvelar suas contradições estruturais, historicamente produzidas e naturalizadas como soluções individuais para problemas coletivos, de modo a contribuir com a superação desse fenômeno que tem impactado não apenas crianças e adolescentes, mas toda a sociedade.

Referências

- BRASIL. BASSANI, E.; VIÉGAS, L. de S. A medicalização do “fracasso escolar” em escolas públicas municipais de ensino fundamental de Vitória-ES. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, Salvador, v. 9, n. 1, 2020.
- BOARINI, M. L. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. *Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 123–131, 2013.
- BONADIO, R. A. A.; LEITE, H. A. O fetiche da pílula nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. In: LEONARDO, N. S. T.; SILVA, S. M. C. da; LEAL, Z. F. de R. G. (org.). *A (des)patologização do processo de escolarização: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. Maringá: Eduem, 2021. p. 43–60.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo ensino-aprendizagem. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 193–213.
- FRANCO, A. F.; TABUTI, E.; TULESKI, S. C. Associação de medicamentos controlados em crianças: impactos para o desenvolvimento do psiquismo. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, 2021.
- GARRIDO, J.; MOYSÉS, M. A. A. Um panorama nacional dos estudos sobre a medicalização da aprendizagem de crianças em idade escolar. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 149–162.
- GOMES, C. A. V.; CASTRO, N. S. Medicalização escolar em periódicos de Psicologia e Educação no triênio 2010–2012. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 425–436, 2017.

ISFRAN, F.; LADEIRA, T. A.; FARIA, S. E. F. Fracasso escolar e medicalização na educação: a culpabilização individual e o fomento da cultura patologizante. *Movimento – Revista de Educação*, Niterói, ano 7, n. 15, p. 133–160, 2020.

LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

LEONARDO, N. S. T.; SILVA, S. M. C. da; LEAL, Z. F. de R. G. Ser criança é um transtorno? Considerações sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a medicalização das queixas escolares. In: LEONARDO, N. S. T. et al. (org.). *A queixa escolar na perspectiva histórico-cultural: da educação infantil ao ensino superior*. Curitiba: CRV, 2020. p. 15–37.

LOPES, A. F. P.; CARNEIRO, C. Mais categorias diagnósticas? Interloquções entre saúde mental e educação. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, v. 21, n. 3, p. 349–356, 2020.

MARTINS, L. M. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (org.). *A exclusão dos “incluídos”: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos*. Maringá: Eduem, 2011. p. 91–132.

NEVES, T. I.; SOUZA, V. J. de L. Patologia do desempenho: TDAH, drogas estimulantes e formas de sofrimento no capitalismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. 1–13, 2022.

NUNES, A. C. de A.; SILVA, J. C. A medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar. *Olhares & Trilhas*, Uberlândia, v. 23, n. 3, 2021.

PARRA, A. C. S.; PAVANELI, C. F. D.; CRUZ, L. A. N. Ensino fundamental: concepção de professoras sobre o uso de medicamentos em crianças. *Trilhas Pedagógicas*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 74–89, ago. 2017.

PEREIRA, A. C.; NASCIMENTO, L. R. Medicalização da educação: o olhar da psicanálise. *Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*, Teresina, v. 5, n. 3, p. 1–16, 2023.

POSSAMAI, C. F.; PINTO, F. M.; FUCK, L. B. Medicalização infantil no contexto escolar: implicações no processo de cuidar e educar. *Revista Educação, Santa Maria*, v. 49, 2024.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

- RESENDE, R. O.; LIMA, R. R. Fenômeno da medicalização nas escolas: representações sociais de professores(as). *Revista On Line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, 2022.
- ROSSATO, S. P. M. Queixa escolar e educação especial: intelectualidades invisíveis. 2010. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- SANTOS, R. B. dos; CERVO, M. da R. Medicalização e educação. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 60, p. 148–179, 2021.
- SILVA, I. P. D. da; BATISTA, C. G. Crianças agitadas/desatentas: modelos de explicação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 31, e20170184, p. 1–26, 2020.
- SILVA, C. M. da; RODRIGUES, R. C.; MELLO, N. Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta às questões comportamentais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 738–754, 2018.
- SILVA, J. C. da; MENDES, C. F. Medicalização da infância: produções de sentido sobre o discurso de profissionais de saúde. *Estudos de Psicologia*, v. 24, n. 4, p. 393–401, 2019.
- SOUZA, S. V. de; VIÉGAS, L. de S. Medicalização e violação de direitos: uma cartografia sobre as diferenças nas infâncias. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 10, n. 24, p. 381–398, 2023.
- SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. DOI: 10.1590/S1679-45082010RW1134.
- TRINDADE, C. Fracasso escolar? O sentido pessoal do ensino superior para estudantes que vivenciam processos de dificuldades acadêmicas. 2021. *Tese* (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.
- VECHIATTO, L.; LEONARDO, N. S. T.; LEITE, H. A.; EIDT, N. M. As expectativas sobre os diagnósticos de transtornos de aprendizagem e comportamento: dando voz às pedagogas. In: LEONARDO, N. S. T.; SILVA, S. M. C. da; LEAL, Z. F. de R. G. (org.). *A (des)patologização do processo de escolarização: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. Maringá: Eduem, 2021. p. 139–158.
- ZANGRANDE, H. J. B.; COSTA, A. B.; AOSANI, T. R. Infância tarja preta: sentidos da medicalização atribuídos por crianças diagnosticadas com TDAH. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 25317–25336, 2021.

Recebido em junho de 2026.

Aprovado em setembro de 2026